

BAUMINAS Log e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	8
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Bauminas Log e Transportes S.A
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BAUMINAS Log e Transportes S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 24 às demonstrações financeiras, a BAUMINAS Log e Transportes S.A. possui suas atividades substancialmente voltadas para atendimento das demandas logísticas das empresas do Grupo BAUMINAS. Desta forma, quase a totalidade de sua receita de vendas e seus saldos no ativo de contas a receber são provenientes de transações com partes relacionadas.

Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e alto volume de transações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às transações com partes relacionadas; (b) obtenção da carta de representações da administração para confirmar a totalidade de partes relacionadas e as naturezas das transações mantidas com as mesmas; (c) avaliação dos registros contábeis da Companhia para identificar a existência de outras partes relacionadas e transações com as mesmas não representadas pela administração; (d) confirmação dos saldos com partes relacionadas; (e) inspeção dos contratos de mutuo entre partes relacionadas e recálculo dos mesmos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis às políticas contábeis da Companhia envolvendo as transações com partes relacionadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Impairment de ágio gerado na aquisição de investimentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3(e) e 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui ágio gerado na aquisição de investimentos, o qual é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição dos negócios e o montante do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da entidade adquirida. O ágio das aquisições foi reconhecido como ativo intangível nas demonstrações financeiras da BAUMINAS Log e Transportes S.A. e testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de tal ativo e o alto grau de subjetividade das estimativas envolvidas na determinação das bases que suportam o cálculo que demonstra a realização do ágio.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados aos investimentos e ativos intangíveis; (b) inspeção do laudo de recuperação do ágio sobre aquisição de investimentos elaborado pela administração; (c) entendimento e avaliação das premissas utilizadas nos fluxos de caixa descontados, sendo as principais: inflação, dados históricos e taxa de desconto; (d) sensibilização das projeções utilizando informações de mercado; (e) recálculo dos fluxos de caixa descontados; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio nas notas explicativas 3(e) e 10 às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cláudia Gomes Pinheiro'.

Cláudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC-1MG089076/O-0

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.693	69.093
Contas a receber	6	9.306	6.077
Estoques	7	2.228	465
Impostos a recuperar	9	1.082	221
IR e CS a recuperar	8	506	1.541
Créditos com partes relacionadas	24	9.858	4.850
Outros ativos		529	646
Total do ativo circulante		88.202	82.893
Créditos com partes relacionadas	24	49.734	73.740
Depósitos judiciais		77	1.561
Ativo fiscal diferido	8	782	364
Outros ativos		6	10
Investimentos	10	118.011	69.052
Imobilizado	11	36.991	40.051
Intangível		7	13
Total do ativo não circulante		205.608	184.791
Total do ativo		293.810	267.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (em milhares de reais)

Passivo	Nota	2020	2019
Fornecedores	12	3.071	1.264
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	50.845	18.849
Obrigações tributárias	15	1.308	543
IR e CS a recolher	8	675	315
Obrigações sociais trabalhistas	16	3.138	2.777
Dividendos e JCP a pagar	24	2.031	2.031
Débitos com partes relacionadas	24	1.499	373
Outros passivos		329	533
Total do passivo circulante		62.896	26.685
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	161.974	204.829
Débitos com partes relacionadas	24	-	49
Passivo fiscal diferido	8	9.604	4.846
Provisão para contingências	17	2.286	2.778
Total do passivo não circulante		173.864	212.502
Capital social	18	34.660	34.660
Reserva de lucros		3.329	-
Ajuste de avaliação patrimonial		19.061	3.820
Prejuízo Acumulado		-	(9.983)
Total do patrimônio líquido		57.050	28.497
Total do passivo		236.760	239.187
Total do passivo e patrimônio líquido		293.810	267.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita de vendas e serviços	20	72.790	67.619
Custo das vendas e serviços	21	(50.537)	(51.677)
Lucro bruto		22.253	15.942
Despesas gerais e administrativas	22	(1.252)	(533)
Despesas de vendas		(243)	(252)
Despesas tributárias		(475)	(513)
Outras (despesas) receitas		(81)	3.045
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		20.202	17.689
Receitas financeiras	23	2.062	5.787
Despesas financeiras	23	(11.561)	(18.476)
Resultado financeiro		(9.499)	(12.689)
Resultado de equivalência patrimonial	10	7.165	(17.858)
Resultado antes dos impostos		17.868	(12.858)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(3.753)	(2.239)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(803)	323
Resultado líquido do exercício		13.312	(14.774)
Resultador por ação/cota - básico (em R\$)		0,38	(0,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	13.312	(14.774)
Total de resultados abrangentes do exercício	13.312	(14.774)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro / Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.660	428	4.363	-	-	39.451
Resultado líquido do exercício	-	-	-	3.820	(14.774)	(10.954)
<i>Destinação:</i>						
Absorção de reservas	-	(428)	(4.363)	-	4.791	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.660	-	-	3.820	(9.983)	28.497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	13.312	13.312
<i>Transações com acionistas</i>						
Ganho compra vantajosa BAUMINAS Química Ltda	-	-	-	15.001	-	15.001
Demais efeitos participações societárias	-	-	-	240	-	240
<i>Destinação:</i>						
Constituição de reserva	-	166	3.163	-	(3.329)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.660	166	3.163	19.061	-	57.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Resultado líquido do exercício antes do IR e CSLL		17.868	(12.858)
Ajustes para:			
Provisão para contingências	17	(492)	1.880
Depreciação e amortização		5.314	4.990
Resultado de equivalência patrimonial		(7.165)	17.858
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas		11.479	18.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.537	-
Amortização mais valia		430	-
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosos	6	10	93
Variações em:			
(Aumento) diminuição contas a receber	6	(3.239)	9.307
(Aumento) diminuição estoques	7	(1.763)	54
(Aumento) impostos a recuperar	9	(861)	(195)
Diminuição (aumento) depósito judicial		1.484	(288)
Diminuição outros ativos		121	9.024
Aumento (diminuição) fornecedores	12	1.807	(219)
Aumento (diminuição) obrigações tributárias	15	765	(1.446)
Aumento imposto de renda e contribuição social		1.395	591
Aumento obrigações trabalhistas	16	361	1.060
(Diminuição) aumento outros passivos		(204)	612
Pagamento de juros sobre empréstimos	13	(10.774)	(17.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.753)	1.257
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.320	32.399
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Ganho aumento percentual de participação		(10.255)	(3.820)
Dividendos recebidos	10	3.431	1.221
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(2.248)	(9.649)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(84)	(54.097)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(9.156)	(66.345)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal	13	(11.564)	(12.627)
Dividendos		-	(1.635)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		-	422
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		(11.564)	(13.840)
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		(4.400)	(47.786)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		69.093	116.879
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		64.693	69.093
Varição em caixa e equivalente de caixa		(4.400)	(47.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A BAUMINAS Log e Transportes S.A. (“BAUMINAS Log” ou “Companhia”), fundada em 2011, é sediada em Cataguases/MG e tem por principais objetivos sociais o transporte rodoviário e coleta de produtos perigosos, transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, operador de transporte multimodal - OTM e a participação em outras sociedades. A Companhia tem como seus clientes praticamente 100% das empresas do Grupo BAUMINAS.

Em 7 de maio de 2018, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, a transformação do tipo jurídico da sociedade, ora uma Sociedade Empresária Limitada, para um Sociedade Anônima de Capital Fechado, a qual passou a funcionar como uma sociedade por ações de capital fechado, de acordo com a Lei nº 6.404/76, e regularização da composição societária dos acionistas em que os antigos sócios, cederam e transferiram suas participações societárias no capital social da BAUMINAS LOG, para a BAUMINAS Investimentos LTDA (controlada da BAUMINAS Participações S.A), passando esta a constar como acionista integral da BAUMINAS Log e Transportes S.A.

A Companhia é parte do Grupo BAUMINAS, fundado em 1961, em Cataguases - MG, tendo mais de 60 anos de experiência na fabricação de produtos químicos para tratamento de águas e efluentes (coagulantes), sendo líder nacional.

Em 2018, o Grupo diversificou sua atuação passando também a atuar nos mercados de nutrição animal e vegetal (BAUMINAS Agro).

A BAUMINAS Log é acionista direta e indireta das seguintes empresas, sediadas no Brasil:

Segmento de Mercado	Empresas	Investimento	2020	2019	
	BAUMINAS Química Sul Ltda.	BAUMINAS Sul	Join venture	-	50%
BAUMINAS Águas	Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	Ambientaly	Join venture	50%	50%
	BAUMINAS Química Ltda	BAUMINAS Química	Coligada	38%	-
	Pigminas Fábrica de Pigmentos Minas Gerais Ltda	Pigminas	Controle indireto	-	100%
BAUMINAS Agro	Eletro Manganês Ltda	Eletro	Coligada indireta	38%	100%
	Laboratório D. F. Q. Linus Pauling Ltda	Laboratório	Controle indireto	-	100%
	BAUMINAS Sociedades e Participações Ltda	BAUMINAS Sociedades	Controle indireto	-	100%
Holdings	BAUMINAS Empreendimentos Societários Ltda.	BAUMINAS Empreendimentos	Controle indireto	-	100%
	B&G Participações S.A.	B&G	Joint venture	50%	50%

1.1 Aquisição de participações

As incorporações descritas abaixo estão inseridas em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo BAUMINAS, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira.

a. Grupo Pigminas

Em 11 de abril de 2018, o Grupo BAUMINAS firmou contrato de Compra e Venda de 75% das ações das sociedades: Pigminas Fábrica de Pigmentos Minas Gerais Ltda ("Pigminas"), Eletro Manganês Ltda ("Eletro") e Laboratório D. F. Q. Linus Pauling Ltda ("Laboratório"), empresas especializadas em agronegócios com foco em compostos químicos para nutrição animal e vegetal.

Em 31 de julho de 2019, a BAUMINAS Empreendimentos Societários Ltda. ("BAUMINAS Empreendimentos") adquiriu a participação residual de 25% das empresas.

Pela compra, a BAUMINAS Empreendimentos comprometeu-se a pagar o valor total de R\$ 93.600, liquidados parcialmente em 2019 e 2020.

Em fevereiro de 2020, a Administração do Grupo BAUMINAS decidiu pela centralização de todas as atividades da Pigminas, incluindo matriz e filial, bem como do Laboratório na empresa Eletro (Itapeçerica-MG). Desta forma, todas as atividades desenvolvidas nas mencionadas empresas foram concentradas na Eletro, na qual foram preservadas as mesmas capacidades industriais e comerciais consideradas.

(i) Incorporações da Pigminas e da Laboratório:

Em 15 de maio de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a Eletro incorporou as cotas da empresa Laboratório, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Laboratório foi extinta de pleno direito e a Eletro tornou-se sua sucessora.

Em 1º de julho de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a Companhia aportou na BAUMINAS Química Ltda ("BAUMINAS Química") as cotas da BAUMINAS Empreendimento no valor de R\$ 68.095. Na mesma data, a BAUMINAS Química incorporou as cotas da empresa BAUMINAS Empreendimentos, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a BAUMINAS Empreendimentos foi extinta de pleno direito e a Química tornou-se sua sucessora.

Em 1º de outubro de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a BAUMINAS Química incorporou as cotas da empresa Pigminas, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Pigminas foi extinta de pleno direito e a Química tornou-se sua sucessora.

b. B&G Participações S.A.

Em 7 de junho de 2018, as empresas BAUMINAS NNE, BAUMINAS Participações Ltda. e BAUMINAS Sociedades, firmaram um Acordo de Investimento para a constituição de Joint venture e aquisição de participação acionária na B&G, através da empresa BAUMINAS Sociedades. A efetivação da operação e controle compartilhado ocorreu em 31 de julho de 2018. A B&G é uma holding, controladora das empresas BAUMINAS Sul e Guaíba, cujas atividades estão relacionadas à atuação na produção de produtos químicos para tratamento de água e esgoto, visando atender os mercados de Papel e Celulose, Processos industriais e Saneamento.

Pela compra, a BAUMINAS Sociedades se comprometeu em pagar aos vendedores o valor de R\$ 22.775, dividido em 3 parcelas, liquidados integralmente em julho de 2019.

Em 1º de julho de 2020, conforme deliberado pela Administração das empresas, a BAUMINAS Log incorporou as cotas da empresa BAUMINAS Sociedades, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a BAUMINAS Sociedades foi extinta de pleno direito e a BAUMINAS Log tornou-se sua sucessora. A partir desta data, a Companhia passou a ser investidora direta da B&G.

1.2 Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras

Em meados do mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus e seus potenciais impacto na economia global, fizeram com que as autoridades de diversos países, incluindo as autoridades brasileiras, adotassem protocolos e medidas de segurança sanitárias, entre estes o distanciamento social/físico das pessoas, como uma das medidas de contenção à propagação do vírus.

A Companhia adotou e permanece ativa, durante todo o período da pandemia, as medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos e medidas de segurança sanitária, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e autoridades brasileiras, cancelando eventos internos com potencial aglomeração de pessoas, cancelando viagens e adotando meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio entre colaboradores da Companhia se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos seus colaboradores, o que corroborou para que os potenciais impactos no desempenho operacional fossem reduzidos.

Em 9 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a orientação no qual destaca a importância de as Companhias considerarem cuidadosamente os impactos do COVID19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

A Companhia não registrou durante este período que se passou da pandemia, bem como não antevê, neste momento, comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a sua continuidade, considerando que suas atividades estão classificadas na cadeia de atividades essenciais e, portanto, não afetadas pelas medidas e protocolos restritivos impostos pelas autoridades durante a pandemia.

A Companhia manterá a observância das diretrizes e medidas de controle e segurança sanitárias recomendadas pelas autoridades, bem como seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação, permanecendo ainda convicta que os aprendizados deste exercício se estenderão a efeitos benéficos em seus negócios, agilidade de respostas com seus parceiros comerciais visando readequar a sua estrutura de custos para o atual momento econômico, reequilibrar o resultado e preservar o seu caixa.

2 Base de preparação

De acordo com o CPC 36 item 4 (iv), a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas, pelo fato que a consolidação está demonstrada na sua controladora final, a BAUMINAS Participações S.A.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

c. Venda de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(i) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência

histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

(ii) Mensuração e apresentação das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, usando-se o método de Média Ponderada Móvel.

Os estoques compreendem produtos adquiridos de terceiros, insumos e materiais de manutenção.

e. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em empresa coligada e joint ventures são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto (joint venture), deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixar de existir.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(i) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados, de forma prospectivas, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 - 25 anos
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Veículos	5 - 10 anos
Equipamentos de Informática	3 - 5 anos

g. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes	5 anos
Marcas	18,5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Empréstimos, financiamentos, debêntures e operações de arrendamento

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada pela taxa média dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

i. Tributos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

j. Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Adicionalmente, a Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receitas de juros; despesas de juros; receitas de aplicações financeiras e juros sobre empréstimos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

m. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

- Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em:

- o Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- o Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a partes relacionadas, incluídos em “Créditos com partes relacionadas”.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

- Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- o Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- o A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(ii) Passivos financeiros

- Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento e débitos com partes relacionadas.

- Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados em passivos financeiros ao custo amortizado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.1 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

a. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Nota explicativa 1.1 - aquisição de participações: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

b. Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Nota explicativa 6 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e

Nota explicativa 11 - mensuração/determinação da vida útil do ativo imobilizado e a sua depreciação.

d. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e. Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4 Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020:

- o Alteração da norma CPC 15 - Combinação de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos.
- o Alteração das normas CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de

materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável.

- o Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - O pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.
- o Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
- o Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2020, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes, exceto pela adoção.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento	387	146
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Aplicações financeiras	64.304	68.945
Total	64.693	69.093

Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

A carteira de aplicações financeiras é constituída por fundos de renda fixa atreladas ao CDI, com liquidez imediata e rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 equivalente a 91% do CDI (100% do CDI em 2019)

6 Contas a receber

	2020	2019
Duplicatas a receber de clientes	16	61
Partes relacionadas (i)	9.304	6.109
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(14)	(93)
Total	9.306	6.077

(i) Os saldos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa 24.

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2020, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2020	2019
A Vencer	8.481	6.001
Vencido de 0 a 30 dias	354	67
Vencido de 31 a 60 dias	55	9
Vencido de 61 a 90 dias	12	6
Vencido acima de 91 dias	418	87
Total	9.320	6.170

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	(93)	-
Adições	(10)	(97)
Baixas	89	4
Saldo final	(14)	(93)

7 Estoques

	2020	2019
Almoxarifado	2.228	465
Total	2.228	465

A Administração efetuou avaliação dos estoques e considerou que não existe a necessidade de constituição de provisão de perdas.

8 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se encontra disposta abaixo:

	2020	2019
IR e CS correntes:		
Despesa de IR e CS - correntes	3.753	2.239
IR e CS diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporários	803	(323)
Despesas apresentadas na demonstração do resultado	4.556	1.916
	2020	2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.868	(12.858)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.868	(12.858)
À alíquota fiscal de 34% (2019: 34%)	(6.075)	4.372
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	2.436	(6.072)
Outros	(280)	-
Benefícios (despesas) de IR e CS	(3.919)	(1.700)
Despesa de tributos apresentada na demonstração do resultado	4.556	1.916
Alíquota efetiva	-21,93%	13,22%

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

	2020	2019
Ativo circulante		
IR e CS corrente	506	1.541
Passivo circulante		
IR e CS corrente	(675)	(315)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019
Não circulante		
Ativo fiscal diferido	782	364
Passivo fiscal diferido	(9.604)	(4.846)

Os saldos de passivo fiscal diferido referem-se às diferenças temporárias aplicáveis à amortização da carteira de clientes alocadas nas combinações de negócios realizadas pela Companhia.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitirão a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2020.

9 Impostos a recuperar

	2020	2019
ICMS	38	29
PIS e COFINS	1.044	192
Total	1.082	221
Circulante	1.082	221

Os saldos de impostos a recuperar estão registrados pelo seu valor de realização e não são esperadas perdas adicionais e referem-se a créditos gerados nas operações normais das empresas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

10 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Investida	Controle	Participação		Investimento	Equivalência	Investimento	Equivalência
		2020	2019	2020		2019	
BAUMINAS Sociedades (Nota 1.1)	Controlada	-	100%	-	2.374	15.021	3.689
BAUMINAS Empreendimentos (Nota 1.1)	Controlada	-	100%	-	(6.695)	54.031	(21.547)
BAUMINAS Química	Coligada	37,97%	-	91.867	8.770	-	-
B&G	Joint Venture	16,71%	-	12.367	2.716	-	-
Ágio e mais valia (i)		-	-	13.777	-	-	-
Total				118.011	7.165	69.052	(17.858)

(i) Refere-se ao ágio apurado pela BAUMINAS SOCIEDADES na aquisição da empresa BAUMINAS Química Sul em 2019. Em 2020, na incorporação da BAUMINAS SOCIEDADES pela Companhia (Nota 1.1) o saldo passou a ser registrado na Companhia.

b. Movimentação

Investida	2019	Equivalência Resultado do exercício	Aporte de capital	Aquisição do investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Distribuição de Lucro	Movimentação Societária	Amortização	2020
BAUMINAS Sociedades	15.021	2.374	-	-	-	-	(17.395)	-	-
BAUMINAS Empreendimentos	54.031	(6.695)	20.159	-	600	-	(68.095)	-	-
BAUMINAS Química	-	8.770	-	68.095	15.002	-	-	-	91.867
B&G	-	2.716	-	12.842	240	(3.431)	-	-	12.367
Ágio e mais valia	-	-	-	14.207	-	-	-	(430)	13.777
Total dos investimentos	69.052	7.165	20.159	95.144	15.842	(3.431)	(85.490)	(430)	118.011

c. Saldos controladas e *joint venture*

Investida	Controle	Patrimônio Líquido	Lucro Líq. do Exercício	Patrimônio Líquido	Lucro/ Prejuízo Líq. do Exercício
		2020		2019	
BAUMINAS Sociedades	Controlada	-	-	15.021	3.689
BAUMINAS Empreendimentos	Controlada	-	-	54.031	(21.547)
BAUMINAS Química (i)	Coligada	241.945	45.400	-	-
B&G (i)	<i>Joint Venture</i>	73.783	34.114	-	-
Total		315.728	79.514	69.052	(17.858)

(i) O valor da equivalência patrimonial das investidas na BAUMINAS Log foi calculado com base no lucro líquido do período da data que se tornaram investidas da Companhia até 31 de dezembro de 2020 (Nota 1.1). No período de julho/20 a dezembro/20, o lucro líquido da BAUMINAS Química foi de R\$ 23.097 e da B&G foi de R\$ 16.254.

d. Composição do ágio e mais valia

	2020
Ágio (goodwill)	6.298
Mais valia de imobilizado e marcas	9.655
Amortização acumulada - mais valia	(2.176)
Total	13.777

A Companhia efetuou análise de impairment e não identificou distorções.

11 Imobilizado

a. Composição imobilizado

	2020			2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Máquinas e equipamentos	220	(47)	173	176	(33)	143
Móveis e utensílios	72	(16)	56	64	(11)	53
Veículos	51.563	(14.895)	36.668	49.425	(9.640)	39.785
Equipamentos de informática	269	(194)	75	230	(160)	70
Edificações e Construções	19	-	19	-	-	-
Total do imobilizado	52.143	(15.152)	36.991	49.895	(9.844)	40.051

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	2020
Máquinas e equipamentos	176	44	220
Móveis e utensílios	64	8	72
Veículos	49.425	2.138	51.563
Equipamentos de informática	230	39	269
Edificações e Construções	-	19	19
Total do custo	49.895	2.248	52.143

c. Movimentação da depreciação

	Saldo inicial	Adições	2020
Máquinas e equipamentos	(33)	(14)	(47)
Móveis e utensílios	(11)	(5)	(16)
Veículos	(9.640)	(5.255)	(14.895)
Equipamentos de informática	(160)	(34)	(194)
Total da depreciação	(9.844)	(5.308)	(15.152)

12 Fornecedores

	2020	2019
Mercadorias e serviços	2.612	1.244
Fretes	459	20
Total	3.071	1.264

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos	Vencimento	2020	2019
Capital de giro	CDI +	11,3831% até 2021	9	141
Finame	TJLP SELIC	11,2943% até 2023	4.648	7.937
Leasing	CDI +	0,9800% até 2021	14	91
Debêntures	CDI +	2,1250% 2023	209.966	218.031
Debêntures	Custo de captação	2023	(1.818)	(2.522)
Total			212.819	223.678
Circulante			50.845	18.849
Não circulante			161.974	204.829

a. Movimentação

	2020	2019
Em 1º de janeiro	223.678	235.626
Amortizações	(11.564)	(12.627)
Acréscimo de juros	10.775	17.302
Pagamentos de Juros	(10.774)	(17.398)
Apropriação custo captação	704	775
Em 31 de dezembro	212.819	223.678

Em 24 de julho de 2018, houve a primeira emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, pela BAUMINAS Log e Transporte S.A, com forma de captação de recursos para realização dos investimentos da Companhia no exercício de 2018, tendo como garantidoras as demais empresas do Grupo BAUMINAS. O valor total da emissão foi de R\$210.000, compostos por 210.000 debêntures, com prazo de vencimento em 3 de julho de 2023.

A escritura apresenta cláusulas de *covenants* de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a manutenção do limite de cobertura da dívida líquida através da relação da dívida líquida e o EBITDA, e a relação do EBITDA e a despesas financeira líquida. A manutenção de *covenants* está baseada em relação às demonstrações financeiras combinadas do Grupo BAUMINAS.

Não foi identificado nenhum evento de não conformidade destes *covenants* em 31 de dezembro de 2020.

14 Gerenciamento dos riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de risco

O Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, sendo responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia busca manter um volume de disponibilidades suficientes para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro. Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico.

A Administração da Companhia efetuou a análise da carteira de clientes para avaliar os efeitos e reflexos na mudança da perspectiva de perda das empresas. A análise abrangeu a totalidade da carteira de clientes e a Companhia não identificou a necessidade de realizar uma perda esperada de crédito para o exercício 2020.

c. Risco de liquidez

É a dificuldade que as empresas da Companhia encontrarão em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das empresas da Companhia.

A Companhia e sua Administração alinham sua disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

14.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, conforme a seguir:

	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	64.693	69.093
Contas a receber	Custo amortizado	2	9.306	6.077
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1	59.592	78.590
Total de ativos financeiros			133.591	153.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo Amortizado	2	212.819	223.678
Fornecedores	Custo Amortizado	2	3.071	1.264
Débitos com partes relacionadas	Custo Amortizado	1	1.499	422
Outros passivos	Custo Amortizado	2	329	533
Total de passivos financeiros			217.718	225.897

Não há diferença entre os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

a. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, e adiantamentos de contratos de câmbio. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

Abaixo, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

Variáveis aplicáveis	2020	Período até 31 de dezembro de 2020			
	Risco	Cenário atual	Base	Cenário I	Cenário II
				25%	50%
CDI	Aumento (redução)	0,2840%	2,7239%	2,0429%	1,3620%

Títulos e Valores Imobiliários	2020	Taxa atual média		Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
					Cenário I + 25%	Cenário II + 50%	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
Aplicações financeiras - Bradesco	3.510	CDI	70%	3.576	3.560	3.543	3.460	3.477
Aplicações financeiras - Banco do Brasil	18.122	CDI	93%	18.581	18.466	18.352	17.778	17.892
Aplicações financeiras - Itaú	41.302	CDI	84%	42.249	42.012	41.775	40.592	40.829
Aplicações financeiras - Safra	1.369	CDI	115%	1.412	1.401	1.391	1.337	1.347
Total	64.303			65.818	65.439	65.061	63.167	63.545

Empréstimos	2020	Taxa atual média		Cenário atual	Apreciação das taxas		Deterioração das taxas	
					Cenário I + 25%	Cenário II + 50%	Cenário I + 25%	Cenário II + 50%
Capital de Giro	9	CDI +	11,38%	9	10	10	8	8
Leasing	14	CDI +	0,98%	14	14	14	14	14
Finame	4.648	TJLP SELIC	11,29%	4.775	5.268	5.236	4.028	4.060
Debêntures	208.148	CDI +	2,13%	213.818	216.823	215.406	199.473	200.890
Total	212.819			218.616	222.116	220.666	203.522	204.972

15 Obrigações tributárias

	2020	2019
ICMS	596	304
Contribuições ao PIS e a COFINS	610	239
Imposto sobre serviços - ISS	15	-
Impostos retidos	87	-
Total	1.308	543

16 Obrigações sociais trabalhistas

	2020	2019
Férias a pagar	1.272	1.049
Encargos sociais sobre folha a recolher	1.461	1.340
Salários	405	388
Total	3.138	2.777

17 Provisões para contingências

	2020	2019
Trabalhistas	1.836	1.259
Fiscal	-	1.519
Cíveis	450	-
Total	2.286	2.778

A Companhia figura como parte em processos que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade provável de perda. A Companhia possui causas trabalhistas no valor de R\$ 1.206 (R\$3.030 em 2019) cuja probabilidade de perda é possível.

18 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 22 de Fevereiro de 2018 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 34.470, desta forma o capital social passou a ser de R\$ 34.660, composto por 34.659.702 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b. Reserva legal

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, é constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

c. Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros é constituída com os resultados remanescentes após a definição da administração quanto aos percentuais de lucros destinados à distribuição aos acionistas e constituição de outras reservas de acordo com a legislação societária.

d. Dividendos pagos e propostos

De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2019 foram aprovados em Assembleia Extraordinária dos acionistas dividendos no valor de R\$ 2.031.

19 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	13.312	(14.774)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	34.660	34.660
Resultado por ação (expresso em reais)	0,384	(0,426)

20 Receita de vendas e serviços

	2020	2019
Receita bruta de prestação de serviços	85.280	80.689
(-) Tributos sobre receita	(12.136)	(12.833)
(-) Devoluções de vendas	(354)	(237)
Receita líquida de vendas	72.790	67.619

21 Custo de vendas e serviços

	2020	2019
Mão de obra	(16.811)	(16.493)
Combustível	(11.251)	(12.302)
Depreciação/ Amortização	(5.287)	(4.968)
Manutenção	(7.588)	(7.364)
Viagens	(5.476)	(5.491)
Serviços de terceiros	(1.848)	(1.832)
Gastos gerais	(2.276)	(3.227)
Custo do produto vendido	(50.537)	(51.677)

22 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Salários, encargos sociais e benefícios	(557)	(211)
Serviços de terceiros	(437)	(277)
Manutenção	(4)	(23)
Depreciação/ Amortização	(35)	(7)
Viagens	(34)	(10)
Demais despesas	(185)	(5)
Total despesa	(1.252)	(533)

23 Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receita sobre aplicação financeira	1.610	4.503
Receita com juros	311	1.270
Variação cambial e monetária	141	-
Descontos obtidos/ Outros	-	14
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos	(10.771)	(17.394)
Variação cambial e monetária	-	(180)
Descontos concedidos	(27)	(10)
Apropriação custo de captação	(704)	(775)
Outros	(59)	(117)
Resultado Financeiro	(9.499)	(12.689)

24 Partes relacionadas

	2020			2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber/ Faturamento	9.304	-	85.267	6.109	-	80.445
Ambientaly	8	-	8	-	-	-
BAUMINAS Ambiental	-	-	2	21	-	112
BAUMINAS Hidroazul	54	-	144	16	-	112
BAUMINAS Mineração	116	-	116	-	-	-
BAUMINAS NNE	6.060	-	49.290	2.921	-	42.571
BAUMINAS Química	1.258	-	11.906	1.718	-	14.895
BAUMINAS Química Sul (Nota 1.1)	-	-	-	26	-	-
Eletro	27	-	516	8	-	462
Nheel Química	1.513	-	22.259	1.357	-	20.981
Sulfabras	268	-	1.026	42	-	1.312
Mútuos	59.592	1.499	-	78.590	422	-
Ambientaly	2	-	-	16	-	-
BAUMINAS NNE	9.856	-	-	5.578	-	-
BAUMINAS Química	-	1.048	-	-	185	-
Barbosa & Bissoli Part. E Serv. Ltda	271	-	-	271	-	-
BAUMINAS Investimentos (Nota 1.1)	-	-	-	8	-	-
BAUMINAS Mineração	4	-	-	170	-	-
BAUMINAS Participações S.A.	35.296	-	-	35.105	-	-
BAUMINAS Empreendimentos (Nota 1.1)	-	-	-	20.087	-	-
BAUMINAS Sociedades (Nota 1.1)	-	-	-	11.423	-	-
Sulfabras	7.606	-	-	5.916	-	-
NHEEL Química	-	451	-	-	237	-
Global Ferrous	145	-	-	15	-	-
Sijobig Adminsitradora de Bens Ltda	1	-	-	1	-	-
Eletro	6.411	-	-	-	-	-
Dividendos	-	2.031	-	-	2.031	-
BAUMINAS Participações S.A.	-	2.031	-	-	2.031	-
Total entre partes relacionadas	68.896	3.530	85.267	84.699	2.453	80.445

a. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no exercício de 2020 foi de R\$ 374 (R\$ 140 em 2019).

25 Seguros

A Companhia possui principalmente apólices para cobertura dos fretes que realiza em sua atividade, a fim de cobrir eventuais danos materiais sofridos pelos bens ou mercadorias pertencentes a terceiros e que lhe tenham sido entregues para transporte, por rodovia, no território nacional, e ainda seguro para suas frotas de veículos e automotores.

Diretor Administrativo Financeiro
José Heitor Leonardo

Responsável Técnico
Ariane Lacerda Pereira Canedo
Contador
CRC/MG- 079511/O